

**ASPECTOS RELATIVOS À NOMEAÇÃO NA VERTENTE
TOPONÍMICA: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Carla Bastiani (IFTO)

carlabastiani@gmail.com

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

karylleila@gmail.com

RESUMO

É de aceitação geral que, sendo um produto social, encontra-se na língua o repertório cultural de uma comunidade. Nesse sentido, por meio do estudo do patrimônio lexical de uma língua, é possível apreender as manifestações culturais e a cosmovisão do grupo que a utiliza, uma vez que os signos linguísticos são permeados por traços da cultura, história, valores e crenças desse grupo. Ao perceber a realidade ao seu próprio modo, a comunidade também nomeia sob um ponto de vista característico os elementos que fazem parte do seu espaço, de modo que os nomes se constituem como elementos nos quais subjazem a imagem do mundo e o *modus vivendi* dessa comunidade. Percebe-se, assim, que o léxico toponímico, como expressão linguístico-social, encontra-se enraizado à história, à tradição e aos costumes de um povo, sendo o topônimo um meio que auxilia na compreensão da própria ideologia do denominador perante ao meio. Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é tecer considerações a respeito do topônimo como um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social. Com esse intento, a partir uma revisão de literatura, são discutidos os aspectos gerais que envolvem o processo de nomeação de lugares na vertente toponímica, abordadas questões relativas ao signo toponímico e à sua motivação inerente e, finalmente, feita uma análise do topônimo como meio de preservação da memória social.

Palavras-chave:

Léxico. Topônimos. Fundo de memória.

ABSTRACT

It is a peaceful point that, being a social product, one finds in the language the cultural repertoire of a community. In this sense, through the study of the lexical heritage of a language, it is possible to grasp the cultural manifestations and worldview of the group that uses it, since linguistic signs are permeated by traces of the culture, history, values and beliefs of that group. By perceiving reality in its own way, the community also names from a characteristic point of view the elements that are part of its space, so that the names are constituted as elements in which underlie the image of the world and the *modus vivendi* of that community. Thus, it can be seen that the toponymic lexicon, as a linguistic-social expression, is rooted in the history, tradition and customs of a people, being the toponym a means that helps in understanding the denominator's own ideology towards the environment. From this perspective, the aim of this study is to make considerations about the toponym as a temporal register of the worldview of a particular social group. For this purpose, from a literature review, the general aspects that involve the place naming process in

the toponymic aspect are discussed, issues related to the toponymic sign and its inherent motivation are addressed and, finally, an analysis of the toponym as a way of preserving social memory.

Keywords:

Lexicon, Toponyms, Memory background.

1. Introdução

Enquanto manifestação concreta da linguagem, é por meio da língua que os indivíduos constroem as suas relações nos diversos ambientes em que interagem no interior de uma sociedade. É a língua o instrumento que viabiliza essa interação, bem como a expressão de ideias, sentimentos e intenções. Nessa perspectiva, a língua pode ser entendida como um fato social e, a partir dessa compreensão, analisada a partir de sua relação com a estrutura de uma sociedade.

Sapir (1969, p. 20) já dizia que a língua é “um guia para a realidade social”, evidenciando a necessidade de pensar a língua em sua relação imanente com a sociedade e com a cultura, isto é, considerando-a como parte da realidade sociocultural de uma comunidade, e vendo no léxico a projeção do universo de significados e experiências inerentes ao contexto de mundo de uma comunidade de falantes.

A visão de mundo que cada sociedade tem de seu contexto circundante é única, e essa visão particularizada faz com que essa comunidade use a língua de maneira singular para expressar a realidade observada, sendo o léxico, portanto, produto social portador de uma carga cultural significativa. Ao perceber a realidade ao seu próprio modo, a comunidade também nomeia sob um ponto de vista característico os elementos que fazem parte do seu espaço – sejam eles lugares, pessoas, animais ou objetos, de modo que os nomes se constituem como elementos nos quais subjazem a imagem do mundo e o *modus vivendi* dessa comunidade.

Fazendo uso de sua habilidade linguística para nomear tudo aquilo que perfaz o seu mundo, o homem imprime nos nomes que batizam os elementos que o rodeiam traços de sua cultura, da sua história e da sua ideologia, marcas essas que podem ser visualizadas nos nomes de lugares, ao se levar em consideração as influências socioculturais que incidem sob a escolha desses nomes.

A Toponímia é a disciplina científica voltada ao estudo dos nomes de lugares, os topônimos, a qual busca resgatar as motivações desses

nomes. Esse trabalho de resgate pode possibilitar que se desvende algo da expressão psicossocial e cultural de um grupo de falantes em um determinado recorte temporal devido ao caráter conservador que o topônimo carrega em si.

O léxico toponímico, enquanto uma manifestação dessa lógica, como expressão linguístico-social, encontra-se enraizado à história, à tradição e aos costumes de um povo. Desse modo, o topônimo se apresenta como um meio que auxilia na compreensão da própria ideologia do denominador perante ao meio, tendo em vista que ele se constitui como um verdadeiro *fóssil linguístico*, por ser um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social, ao levar em consideração o fato de que, subjacente a ele, estão vestígios da identidade e da história desse corpo social.

Com o intuito de discutir, ainda que brevemente, as questões acima apresentadas, primeiramente, são tecidas considerações acerca dos aspectos gerais que envolvem o processo de nomeação de lugares na vertente da Toponímia; em seguida, são discutidas questões relativas ao signo toponímico e a sua motivação inerente e, finalmente, o topônimo é abordado como meio de preservação da memória de uma comunidade.

2. Aspectos relativos à nomeação na vertente toponímica

Não é possível explicar a linguagem desvinculada de sua vertente social. É por meio da linguagem que o homem se comunica, organiza e estrutura seu pensamento, expressa e defende seus pontos de vista, produz conhecimento. A linguagem permite ao homem transformar o mundo em um todo ordenado e significativo. De acordo com Duarte Júnior (1988, p. 18), “toda a massa de sensações e percepções é filtrada pela linguagem humana e recebe uma significação”. Em outras palavras, a linguagem permite ao homem nomear a realidade que o cerca. Para Biderman (1998, p. 11),

[...] a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em grupos, identificando semelhanças e, inversamente, discriminando os traços distintivos que individualizam esses seres e objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. (BIDERMAN, 1998, p.11)

Quando se trata da relação entre linguagem e realidade, a nomeação é um ponto central. Enquanto uma função da linguagem, a nomeação desempenha um papel de fundamental importância, uma vez que é por meio dos nomes que o homem imprime sentido à sua vida. É pelo significado dos nomes que ele percebe a sua realidade. Em Crátilo, Sócrates afirma que “o nome, por conseguinte, é instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da tela” (PLATÃO, 1973, p. 126). Sob esse ponto de vista, ao nomear, atribui-se um sentido particularizante àquilo que se nomeia.

[...] esse objeto à minha frente. Não sei o que é, não sei de sua utilidade, nunca o vi antes. Alguém me informa: “isto é um grampeador – com ele podemos prender juntas algumas folhas de papel”. Se de agora em diante me falarem de um grampeador, saberei do que se trata. Meu mundo se ampliou, nele coube mais um *nome*, mais um objeto significativo. O grampeador – o objeto e a palavra que o representa – passou a fazer parte do meu mundo. (DUARTE JÚNIOR, 1988, p. 17) (grifo do autor)

Pela citação acima, percebe-se que o nome especifica aquilo que é nomeado, este passa a ter uma significação. Observa-se, assim, que a função da linguagem não se limita a catalogar o mundo ou mesmo a inventariar as coisas. Ela é um meio de ordenar a vida do homem em um contexto espaço-temporal por conferir sentido às coisas.

Assim, a vida humana não é apenas vida (física), mas existência, ou seja, comporta um sentido. E este sentido são as palavras que nos dão. A linguagem – e através dela os valores, os significados – fundamenta e estrutura nossa vida na terra. (DUARTE JÚNIOR, 1988, p. 19)

Partilhando de uma visão semelhante, acrescenta Filgueiras (2011) que:

[...] um nome não é apenas uma designação, ele expressa um atributo com o qual o elemento denominado passa a ser identificado, um valor atribuído que pode, inclusive, modificar a idéia que se faz do mesmo. Associa-se a ele uma imagem que, com o tempo, prevalece ou não, mas que irá marcá-lo. (FILGUEIRAS, 2011, p. 26)

É de aceitação geral que, sendo um produto social, encontra-se na língua o repertório cultural de uma comunidade. Dal Pizzol (2014, p. 17) afirma que “o conjunto de palavras de uma língua representa o universo de significados experienciados pelos indivíduos de uma mesma comunidade de fala”. A afirmação dessa autora vai ao encontro da constatação de Sapir (1969), que considera o léxico como o acervo vocabular dos falantes de uma comunidade.

O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí interferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado. (SAPIR, 1969, p. 45)

A partir das considerações acima, o léxico pode ser entendido como o universo de palavras que as pessoas de um determinado grupo social têm à sua disposição para se expressar, isto é, o patrimônio vocabular da comunidade que representa as experiências culturais acumuladas pelo grupo ao longo do tempo.

Sendo a palavra a unidade básica do léxico de uma língua, ela pode ser estudada sob diferentes enfoques pelas ciências subordinadas à Linguística que fazem do léxico seu objeto de investigação: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. A primeira, a Lexicologia, estuda de modo científico a unidade lexical, isto é, os aspectos formais e significativos da palavra; a segunda, a Lexicografia, é a ciência que estuda a formulação e o registro do acervo lexical de um idioma em dicionários; a terceira, Terminologia, tem como objeto de estudo o termo, em outras palavras, a palavra concernente a uma área de estudo específica do conhecimento humano.

Partindo das definições acima, este estudo está inserido na área de estudo da Lexicologia, tendo em vista que, considerando a dimensão social da língua, uma das preocupações da Lexicologia é analisar as relações do léxico com o contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade, buscando examinar a palavra como testemunho de uma época.

De acordo com Oliveira (2014, p. 25), “o estudo da língua envolve a relação do homem com a sociedade e o elemento cultural que se liga a ela”. Sobre essa relação, Biderman (2001, p. 9) diz que: “à medida em que o léxico recorta a realidade do mundo, define também fatos da cultura”.

A partir da afirmação acima, cumpre mencionar que, por meio do estudo do patrimônio lexical de uma língua, é possível apreender as manifestações culturais e a cosmovisão do grupo que o utiliza, uma vez que os signos linguísticos são permeados por traços da cultura, história, valores e crenças desse grupo. Sapir (1969, p. 51), explicita que “o léxico, ou seja, o assunto de uma língua, destina-se em qualquer época a funcionar como um conjunto de símbolos referentes ao quadro cultural do grupo”, uma vez que reflete o ambiente físico e social dos falantes. O autor enfa-

tiza que “o interesse social determina a natureza do léxico”, o que significa que os fatores socioculturais são refletidos na língua, e explica o fato de cada povo imprimir em sua língua uma visão particularizada do mundo, isto é, expressar a seu modo a realidade que o cerca.

Filgueiras (2011) partilha a constatação feita por Sapir quando diz que o léxico pode ser:

Considerado parte integrante do patrimônio cultural de um grupo de indivíduos que compartilham costumes e propósitos, já que é por meio do sistema linguístico que os homens se exprimem e expressam seus pensamentos e valores, o léxico é um elemento fundamental no processo de registro e preservação da memória das coletividades, podendo, por isso mesmo, ser utilizado como relevante fonte de informação para o resgate e caracterização de organizações humanas, muitas vezes, já desaparecidas. (FILGUEIRAS, 2011, p. 27)

Oliveira (2014, p. 29), apoiando-se nas reflexões de Biderman (1988), conclui que “é o léxico, portanto, que reflete de maneira mais evidente a relação da língua com todos os aspectos da civilização, já que a língua constitui a ligação entre sociedade e cultura, existindo, na prática, uma interdependência entre língua, cultura e sociedade”. Ainda segundo Filgueiras (2011, p. 27), “valendo-se da palavra, o homem nomeia e caracteriza o mundo que o rodeia, exercendo seu poder sobre o universo natural e antropológico, registrando e perpetuando a cultura”. Isso significa que o estudo do léxico, como já foi dito anteriormente, permite evidenciar a maneira de pensar de um dado grupo social no decurso da história, o que, por conseguinte, implica um resgate cultural.

Integrando-se à Lexicologia, a Onomástica possui como objeto de estudo o processo de nominativo, ou seja, o estudo dos nomes próprios. Ela possui duas áreas de estudo: Toponímia (do grego τόπος, lugar e ὄνομα, nome) e Antroponímia (do grego άνθρωπος, homem, e ὄνομα nome). Pela própria etimologia, evidencia-se que à primeira disciplina cabe o estudo dos nomes próprios de lugares e designativos geográficos e, à segunda, o estudo dos nomes próprios de pessoas.

Dal Pizzol (2014) salienta que, apesar dessas duas disciplinas se constituírem em campos semânticos distintos, elas são complementares, tendo em vista que ambas encontram no *onoma* uma área de intersecção. Especificamente, o *onoma* em função onomástica, ou seja, revestido pelo caráter denominativo, o qual poderá ser referenciado como um topônimo ou como um antropônimo, dependendo do enfoque da pesquisa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nesta pesquisa, tendo em vista que o objetivo geral está relacionado ao estudo do nome de lugar, a discussão promovida relaciona-se apenas aos topônimos. Dick (1990) os definiu como:

Verdadeiros testemunhos históricos de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal. Chega, muitas vezes, a se espalhar além de seu foco originário, dilatando, conseqüentemente, as fronteiras políticas, e criando raízes em sítios distantes. Torna-se, pois, a reminiscência de um passado talvez esquecido, não fora a sua presença dinâmica. (DICK, 1990, p. 22)

Percebe-se, assim, que o léxico toponímico, como expressão linguístico-social, encontra-se enraizado à história, à tradição e aos costumes de um povo, de modo que o topônimo se apresenta como um meio que auxilia na compreensão da própria ideologia do denominador perante ao meio. Carvalhinhos (2007) sustenta a citação acima ao afirmar que [...] “o nome é muito mais que um mero identificador ou uma etiqueta, é antes um vasto campo de estudo e um convite a entender as sociedades que o geraram, numa perspectiva diacrônica, e as que o utilizam, em perspectiva sincrônica”. Essa mesma autora, ao discorrer sobre o resgate da história possibilitado pelos estudos onomásticos, expõe que

Os atuais estudos onomásticos no Brasil vêm justamente resgatando a história social contida nos nomes de uma determinada região, partindo da etimologia para reconstruir os significados e, posteriormente, traçar um panorama motivacional da região em questão, como um resgate ideológico do denominador e preservação do fundo de memória. Nesse sentido, uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: podemos reconstruir, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugar, fatos sociais desaparecidos, contribuindo com material valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia. (CARVALHINHOS, 2003, p. 172)

Tendo como referência a fala da autora acima, cabe ressaltar que, por meio do estudo toponímico, é possível levantar informações sobre o caráter sociocultural e geográfico de uma região, bem episódios históricos que foram importantes para a comunidade, podendo a Toponímia ser utilizada como meio de conhecimento da história de um determinado grupo, bem como da maneira pela qual esse grupo representa seus valores. Para Filgueiras (2011, p. 33):

Constituindo-se em disciplina que caminha ao lado da história e da geografia, a Toponímia possibilita, com os seus dados, conhecer a relação entre o ser humano e o espaço onde ele vive ou viveu, por meio da análise

Nesse sentido, cumpre assinalar que o topônimo não é algo estranho à conjuntura sociopolítica e cultural da comunidade. Ao contrário, pode ser considerado um registro temporal da cosmovisão de um determinado grupo social, já que ao nome se incorporam vestígios da identidade e da história desse grupo e, “ao eleger o nome de um lugar, o homem faz uso de suas habilidades linguísticas, associando a denominação a aspectos da realidade da comunidade e agregando a ele motivação, convenção e identificação” (DAL PIZZOL, 2014, p. 17).

3. O signo toponímico e a questão da motivação

Desde os mais remotos tempos, a relação semântica entre nomes e objetos é tema de profundas reflexões. O homem, ao nomear a realidade que o cerca, utiliza palavras, isto é, signos linguísticos. Em sua obra póstuma, *Cours de linguistique générale*, cuja primeira publicação foi em 1916, Saussure define o signo linguístico como a união do sentido e da imagem acústica. Uma entidade psíquica de duas faces composta por um significado e por um significante (SAUSSURE, 1916, p. 80). Para ele, o sentido se refere ao conceito ou à ideia, em outras palavras, trata-se da representação mental de algo. O sentido para Saussure é sinônimo de significado (plano das ideias). Já o significante se refere à imagem acústica (plano da expressão).

Bem antes de Saussure desenvolver sua concepção a respeito da bipartição do signo linguístico, filósofos gregos do século II a. C já se envolviam em longos debates que buscavam chegar à conclusão se os nomes atribuídos às coisas eram mera convenção ou as imitavam de alguma forma. A questão que orientava e perpassava as discussões a respeito da linguagem era se a língua era regida pela natureza ou pela convenção. De acordo com a leitura de Dietzsch (2007):

Ser *natural* significava ter origens em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e por isso invioláveis. Por *convencional* entendia-se o que resultava do costume e da tradição, advindos de algum acordo tácito, ou de um contrato social, praticado por membros da comunidade. Acordo que, se uma vez feito pelos homens, poderia por ele ser modificado, violado. (DIETZSCH, 2007, p. 47) (grifos da autora)

Na esteira da discussão grega sobre naturalismo e convencionalismo, surge o Crátilo, diálogo sobre a justeza dos nomes, escrito por Pla-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tão no século V, no qualo questionamento a respeito da origem do nome é debatido pelas personagens Hermógenes e Crátilo em um diálogo guiado por Sócrates. Enquanto Hermógenes defende que nome é o resultado de uma convenção, Crátilo argumenta a favor da relação natural entre o significado da palavra e a sua forma. Das falas das duas personagens que debatem, emerge o interesse filosófico grego pela linguagem, e reflete-se a clássica controvérsia existente entre aqueles que assumiam a posição de naturalistas e aqueles que assumiam a posição de convencionalistas. O contraponto entre essas duas posições a respeito origem dos nomes é posto em evidência nessa obra.

O diálogo chega ao final sem que Sócrates defina uma posição clara em favor das teses defendidas por Hermógenes, que vê os nomes como o resultado de uma convenção, nem das de Crátilo que defende que os nomes são estabelecidos em conformidade com a natureza das coisas. Na visão de Julia Kristeva (1969), Platão tenta conciliar as duas teses postulando que a linguagem é uma criação humana e, neste sentido convencional. Entretanto, ao advir da essência das coisas que representa, torna-se uma obrigação, uma lei para a sociedade. O nome tem então o sentido de lei, costume, uso. Para o filósofo, falar é distinguir-se das coisas exprimindo-as, dando-lhes nomes. Nomear sendo o ato que dá lugar à fala. (DIETZSCH, 2007, p. 49)

O fato é que a discussão sobre arbitrariedade e motivação dos signos linguísticos, relação entre as palavras e significados, prolongou-se por séculos. John Lyons, um dos grandes nomes da Linguística da segunda metade do século XX, sobre essa questão polemizada pelos filósofos antigos, explica que, quando se afirmava que uma instituição era natural, equivalia a dizer que a origem dela estava fundada em princípios inalteráveis; e quando se dizia que a instituição era convencional, era a mesma coisa que afirmar que ela era oriunda de um acordo firmado pelos membros de uma comunidade (LYONS, 1979, p. 4).

Cumprido esclarecer que, ao discorrer sobre a arbitrariedade do signo linguístico, Saussure pondera que a arbitrariedade não significa que o indivíduo é livre para escolher o significado de acordo com as suas inclinações subjetivas, a escolha do significado é estabelecida por um grupo linguístico. Afirmar que o significante é imotivado quer dizer que ele é arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui laço natural (SAUSSURE, 1969, p. 83).

A despeito dessa relação entre significado e significante, Peirce (1977, p. 46) desenvolve a teoria da relação triádica do signo, a qual pode ser ilustrada no clássico triângulo de Ogden e Richards (1972, p. 32). Na base do triângulo, encontram-se o símbolo e o referente e, no vértice, o

pensamento ou a referência. A linha tracejada existente na base do triângulo evidencia que não há uma relação direta entre o símbolo e o referente, uma vez que a essa relação é mediada pelo pensamento ou pelo pensamento, localizado no vértice do triângulo.

Andrade (2010, p. 123) chama atenção para o fato de que, na própria afirmação do caráter da arbitrariedade, está subentendida a realidade extralinguística, o referente, a coisa. Ela ressalta que “é entre o signo linguístico, ao realizar a associação significado e significante e a realidade extralinguística que se dá a relação arbitrária dosigno”.

Figura 1: Triângulo semiótico.



Fonte: Ogden e Richards (1972).

Ao se ocupar dessa mesma relação triádica do signo linguístico, Ullmann (1964) afirma que “há, portanto, uma relação recíproca e reversível entre o nome e a referência: se alguém ouvir a palavra pensará na coisa, dirá a palavra (ULLMANN, 1964, p. 119). Esse autor denomina essa relação entre pensamento e significante de significado.

Segundo a concepção de Blikstein (1995), o modelo apresentado por Ullmann deixa a “coisa”, ou referente, à margem do processo de significação. Face às ideias desse autor, “não é a condição de extralinguístico que faz com que o referente deva ficar fora da Linguística, e não importa o nome que seja dado ‘fica reconhecida a necessidade do recurso a uma dimensão anterior à própria experiência verbal para a detecção da gênese do significado’” (BLIKSTEIN, 1995, p. 39 *apud* TAVARES, 2009, p. 99).

Blikstein ressalta a necessidade de considerar os fatores extralinguísticos, uma vez que serão esses fatores que irão representar, em um determinado recorte espaço temporal, aspectossócio- histórico-culturais e ideológicos de um grupo de indivíduos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Sob outro ponto de vista, Guiraud (1986) também se ocupou da discussão a respeito do signo linguístico. Esse autor faz referência a três noções quando se discute sobre essa questão: a de arbitrário, a de motivação e a de convenção.

De acordo com a sua perspectiva de análise, “arbitrário se opõe a motivado, e tem como corolário convencional, visto que, na ausência de qualquer motivação apenas a convenção fundamenta a significação. Convencional, entretanto, não exclui motivado” (GUIRAUD, 1986, p. 27-8). Para o autor,

A essência do signo linguístico é a convencionalidade e não o arbitrário, convencionalidade que tende à desmotivação do signo, e portanto ao arbitrário, mas que não exclui a motivação; apenas nesse caso a motivação constitui um caráter secundário, não imediatamente necessário, e que, por este fato tende a se alterar, a se obscurecer, e, muitas vezes, a se apagar. (GUIRAUD, 1986, p. 71)

Consoante ao exposto, tendo a motivação, sob a perspectiva desse autor, “um caráter secundário”, é justamente por essa razão que há palavras que não podem ser claramente relacionadas ao seu significado original. Por conseguinte, é a convenção que abaliza essa significação e fundamenta o uso dessas palavras quando a motivação inicial delas não é mais evidente.

A respeito do convencionalismo e da motivação, Ullmann (1964) refere-se a palavras “opacas”, aquelas que não apresentam relação entre som e sentido, e a palavras “transparentes”, aquelas em que se percebe certo grau de motivação, ou seja, uma relação entre o nome (significante) e o sentido (conceito). Ponderando sobre essa questão, o autor afirma que:

[...] é ocioso perguntar se a língua é convencional ou motivada: todos os idiomas contêm certas palavras arbitrárias e opacas, sem qualquer conexão entre o som e o sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes. (ULLMANN, 1964, p. 169)

Direcionando essa discussão especificamente para o que diz respeito ao signo toponímico, deve-se mencionar que este se difere dos demais signos no que tange a sua motivação. De acordo com Dick (1990, p. 38), embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua da mesma forma que qualquer outro elemento do código em questão, apresenta uma particularidade quanto à função do seu emprego, uma vez que “aquilo era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do ba-

tismo de lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características dotopônimo”.

Importa mencionar que o signo toponímico é motivado principalmente pelas características físicas do local ou pelas forças sociais da comunidade, isto é, crenças, valores, sentimentos, impressões, entre outros. Ao ato de nomear vinculam-se questões sócio-históricas-culturais e, ao nomear, o denominador estabelece com um o lugar denominado uma relação de identidade segundo o entendimento de Dal Pizzol (2014).

Torna-se evidente que o estudo toponímico possibilita a recuperação de fatos das mais variadas ordens: históricos, geográfico-descritivos, etnológicos e sociais das regiões pesquisadas, pois o estudo das origens das denominações de lugares pode contribuir significativamente para o reconhecimento do *modus vivendi* de um grupo. Como se percebe, os topônimos encerram em si um valor que vai muito além da função de identificar localidades.

Merece ênfase o fato de que os topônimos estão relacionados tanto a aspectos físicos como antropoculturais, os quais influenciam o denominador na eleição de um nome para um determinado lugar. De certa maneira, o topônimo é como um espelho de um contexto espaço-temporal específico, uma vez que, na maioria das vezes, é o conjunto das circunstâncias socioculturais que constituem a realidade na qual o denominador se integra, como sujeito participativo de sua dinâmica, que o norteiam no momento do batismo de um lugar (DICK, 1990, p. 50).

Para Dick (1990, p. 39), a motivação toponímica possui um duplo aspecto, o qual transparece em dois momentos: primeiramente, na intencionalidade do denominador, que seleciona o nome movido por várias circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva; em segundo lugar, na origem semântica da nomeação, no significado inerente a ela, que se revela de modo transparente ou opaco, apontando para as mais diversas procedências (DICK, 1990, p. 39). Esses dois momentos que envolvem a motivação toponímica, a intencionalidade do denominador e a origem semântica da nomeação, representam perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo toponímico, e influenciam a formalização das taxionomias dos nomes de lugares.

É válido ressaltar que são duas as ordens genéricas de motivações que influenciam o denominador no momento da escolha de um nome de lugar: os aspectos físicos e os aspectos antropoculturais. A partir da consideração dessas duas naturezas de influências, com o intuito de analisar

a motivação dos signos em função toponímica, Dick (1990) propôs um modelo metodológico de classificação toponímica que toma como base o conteúdo semântico do nome, sendo composto por 27 categorias taxionômicas, 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural. Nas palavras de Dick (1998):

O objetivo da formulação de categorias toponímicas foi simples. Em princípio, ordenar as variadas significâncias da nomenclatura, criando um padrão terminológico útil para a lexicologia e lexicografia. A terminologia empregada remete, assim, ao estudo semiótico do território em análise; ao mesmo tempo, é de natureza sintética, condensando nas taxes o conceito expandido do significado terminológico, sob a gênese de uma metalinguagem toponímica. (DICK, 1998, p. 105)

As motivações dos topônimos, segundo o modelo taxionômico em evidência, encontram-se na realidade circundante em que o denominador se insere: nos ambientes físico e social. Dito de outra maneira, a cosmovisão do denominador, advinda, em sentido amplo, das experiências culturais com o grupo do qual faz parte, é fator motivante da eleição detopônimos.

4. Descrição das taxionomias toponímicas de Dick (1990a, p. 31-34)

A – Taxionomias de natureza física

1 – Astrotopônimos: topônimos relativos aos corpos celestes em geral. Ex.: Estrela (EH BA); rio da Estrada (ES); Saturno (EH ES)(12).

2 – Cardinotopônimos: Topônimos relativos às posições geográficas em geral. Ex.: Praia do leste (PR); serra do Norte (MT).

3 – Cromotopônimos: topônimos relativos à escala cromática. Ex.: rio Branco (AM); rio Negro (AM); Rio Pardo (SP); serra Azul(SP).

4 – Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Ex.: Ilha Comprida (AM); Serra Curta (BA); Larga (EH GO); Riacho Grosso (CE).

5 – Fitotopônimos: topônimos de índole vegetal, espontânea, em sua individualidade (Ananás-TO), em conjuntos de mesma espécie (Pinheiral, EH RJ), ou de espécies diferentes (morro da Mata-MT; Caatinga, EH BA), além de formações não espontâneas individuais (Ribeirão café-ES) e em conjunto (Cafezal, EH PA).

6 – Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas; elevações (montanha; Montanhas, (EH RN); monte: Monte Alto (EH SP); morro: Morro Azul, (EH RS); colina: Colinas (EH TO).

7 – Hidrotopônimos: Topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral. Ex.: Ipu-eiras (EH TO), Água Boa (EH MG); rio: Riozinho (EH PI); Rio Preto (EH SP); córrego: Córrego Novo, (EH MG).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

8 – Litotopônimos: topônimos de índole mineral, relativos à constituição do solo, representados por indivíduos (barro: lagoa do Barro (BA); barreiro: córrego do Barreiro (AM); tijuco: Tijuco Preto (EH SP); ouro: lagoa do Ouro (RS); (pedra ou argila: Taguatinga (EH TO); conjunto da mesma espécie (córrego Tijucal (SP) ou de espécies diferentes (Minas Gerais (EH MG); (Cristália (EH MG), Pedreiras (EHMG).

9 – Meteorotopônimos: topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: vento:- serra do vento (PB); Ventania (EH SP); Botucatu (EH SP); neve: riacho das Neves (BA).

10 – Morfotopônimos: topônimos que refletem o sentido de forma geométrica. Ex.: Curva Grande (EH AM); ilha Quadrada (RS); lagoa Redonda (BA) Triângulo (EH MT).

11 – Zootopônimos: topônimos de índole animal, representados por indivíduos domésticos (boi: rio dos Bois (TO) e não domésticos (onça: lagoa da Onça (RJ); peixe: Jaú do Tocantins (EH TO) e da mesma espécie em grupos (boiada: ribeirão da Boiada (SP); Vacaria (EH RS); Tapiratiba (EHSP).

B – Taxionomias de Natureza Antropocultural

1 – Animotopônimos ou Nootopônimos: topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em seu aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Ex.: vitória: Vitória (EH CE); trunfo: (AH AC); paraíso: Paraíso do Tocantins (TO); saudade: cachoeira da Saudade (MT); belo: Belo Campo (EH BA).

2 – Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios individuais. Ex.: prenome: Abel (EH MG); Benedito (igarapé, MT); hipocristico: Bentinho (EH MG); prenome + alcunha: FernãoVelho (EH AL); Prenome + apelido de família: Antônio Amaral (EH MG).

3 – Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente (EH SP).

4 – Coronotopônimos: topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Ex.: Brasil (EH AM); Europa (EH AC), Amazonas (EH BA).

5 – Cronotopônimos: topônimos que encerram indicadores cronológicos, representados pelos adjetivos novo/nova/velho/velha. VelhaBoipeda (EH BA); rio Novo Mundo (GO).

6 – Ecotopônimos: topônimos relativos às habitações de um modo geral. Ex.: Taipas do Tocantins (EH TO); Casa da Telha (EH BA); Ocauçú (EH SP); Sobrado (EH BA).

7 – Ergotopônimos: topônimos relativos aos elementos da cultura material. Ex.: flecha: córrego da Flecha (MT); jandaga: Jangada (EH MT); relógio: Relógio (EH PR).

8 – Etnotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex.: Tupiratins (EH TO); Guarani (EH PE); ilha do Francês (RJ).

9 – Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos. Ex.: Há Mais Tempo (EH MA); Valha-me Deus (EH MA); Vai Quem Quer (igarapé, AM).

10 – Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, etc. Ex.: Bom Jesus do Tocantins (EH TO); Alá (lago AM); às efemeridades religiosas: Natividade (EH GO); Natal (EH AC); às associações religiosas: Cruz de Malta (EH SC); aos locais de culto: igreja: serra da Igreja (PR); Capelazinha (EH MG).

11 – Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico- social e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

aos seus membros, assim como às datas correspondentes. Ex.: Independência (EH AC); rio 7 de Setembro (MT); Inconfidência (EH RJ); Inconfidentes (EH MG).

12 – Hodotopônimos (ou Odotopônimos): topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana. Ex: Estradas (EH AM); Avenida (EH BA); córrego do atalho (GO).

13 – Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais. Ex.: Dois irmãos do Tocantins (EH TO); Duas Barras (EH BA); Duas pontes (EH RO); Três Coroas (EH RS).

14 – Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Ex.: rio da Cidade (RJ); SERRA DA Aldeia (PB); Arraial (EH BA).

15 – Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, páteo, praça). Ex.: Sapateiro (serra do, RJ); Pescador (EH MG); Tropeiros (serra dos, MG).

16 – Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica às partes do corpo humano ou do animal. Ex.: Cotovel (EH MG); Pé de Boi (EH SE); Pé de Galinha (EH BA); Mão Esquerda (rio da, AL); Mão Quebrada (lagoa da, PI); Dedo (igarapé do, RR).

O modelo taxionômico apresentado deixa claro que a relação existente entre o indivíduo e o meio influencia a escolha dos nomes de lugares. Torna-se evidente que uma série de estratos das mais diversas naturezas são fontes motivadoras dos topônimos e, por meio da consideração das taxes apresentadas, é possível classificá-los de acordo com essas motivações, sejam elas físicas ou antropoculturais.

No quadro das influências antropoculturais, recuperar a motivação dos topônimos que receberam esse tipo de influência permite resgatar, também, episódios marcantes da história de uma comunidade, tendo em vista que a “Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, [e] o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal” (DICK, 1990, p. 22). É válido esclarecer que essas taxes foram trabalhadas pela ótica da macrotoponímia, o que sugere que, no âmbito da microtoponímia, elas devam ser repensadas, reavaliadas, reestruturadas e ampliadas, pois uma coisa é trabalhar as taxes do ponto de vista da cartografia, mapas; outra coisa, é trabalhar a partir do contexto real, como história oral, memória, documentos históricos e outros.

5. Conclusão

O estudo do patrimônio lexical de uma língua permite apreender as manifestações culturais e a cosmovisão do grupo que utiliza essa língua, uma vez que os signos linguísticos são permeados por traços da cultura, história, valores e crenças desse grupo. Valendo-se da palavra, o

homem nomeia a sua realidade circundante e nela imprime significados. Através da nomeação, tudo que o cerca é caracterizado, e a sua cultura é perpetuada.

Sendo assim, vê-se no léxico um caminho para descortinar a realidade de outrora. Sendo assim, resgatar a memória dos topônimos de uma comunidade significa reconstruir um pouco da história da comunidade, significa realizar um movimento de aproximação do passado com vistas à ressignificação do presente, significa conhecer os aspectos socio-políticos e culturais que permearam a época em que ocorreu a nomeação, significa recuperar e trazer à tona informações relacionadas à constituição do patrimônio cultural da comunidade, as quais se encontram subjacentes a esses nomes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*: Atito. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. In: *Filologia e linguística portuguesa*. São Paulo: UNESP, n. 2, p. 81-118, 1998.

_____. O léxico, testemunha de uma cultura In: LORENZO, R. *Actas do XIX Congresso Internacional de Lingüística e Filología Românicas: Lexicología e Metalexicografía II*. Corunha: Fundación “Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa”, 1992, p. 397-405.

_____. As ciências do léxico. In. OLIVEIRA, Ana Maria Pires; ISQUERDO, Aparecida Negri. *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2. ed. Campo Grande-MS: UFMS, 2001a. p.13-22

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. Onomástica e Lexicologia: o léxico toponímico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). In: *Revista USP*. São Paulo, n. 56. p. 172-9, 2002-2003. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/56/20-patricia.pdf>. Acesso em 13 de ago. de 2014.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus; ANTUNES, Martins Antunes. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio. In: *Cadernos do CNLF*. Livro dos Minicursos. Rio de Janeiro: CiFEFiL, V. 11, n. 2, p. 108-21, 2007. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em 13 de ago. 2014.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CIRRINCIONE, Alessandra. Mapa e memória: Parque Anhangabaú e rua Anhanguera. In: *Estudos linguísticos*, São Paulo, 39 (1): p. 200-13, mai.-ago. 2010.

DAL PIZZOL, Elis Viviana. *Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2015.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiotica et Linguística*. V. 7. São Paulo: Plêiade, 1998. p. 97-122

DIETZSCH, Mary Julia Martins. Crátilo e a Origem dos Nomes. In: *Revista Internacional d'Humanitats*. 12 CEMOrOC-Feusp / Núcleo Humanidades-ESDC / Univ. Autônoma de Barcelona -2007. Disponível em: <http://www.hottopos.com/rih12/maryj.pdf> . Acesso em: 14/10/2019.

DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. *Por que Arte-Educação?*. 5. ed. Campinas: Papirus, 1988.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. In: *Métis: história e cultura*. V. 1, n. 1 (2002). Caxias do Sul: Educs, 2008.

FILGUEIRAS, Ferreira Zuleide. *A presença italiana em nomes de ruas de Belo Horizonte: passado e presente*. 349ff. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Belo Horizonte, 2011.

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1986.

LYONS, John. *Introdução à linguística teórica*. São Paulo: Edusp, 1979.

OGDEN, Charles Kay; RICHARDS, Ivor Armstrong. *O significado do significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*, tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

OLIVEIRA, Leticia Alves Correa de. *Toponímia urbana da região central de Campo Grande-MS: um olhar socioetnolinguístico*. 2014. 111 p.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Dissertação [Mestrado em Estudos de Linguagens]. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

PLATAÃO. *Os diálogos de Platão*. Trad. de Carlos Alberto Nunes. v. 9: Teeteto / Crátilo. Belém: UFP, 1973.

SAPIR, E. *Linguística como ciência: Ensaio*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Trad. de A. Chelini, J.P. Paes e I. Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. Cours de linguistique générale. Charles Bally e Albert Sechehaye (Org.), com a colaboração de Albert Riedlinger [1916].

TAVARES, Marilze. Língua e cultura: considerações sobre a motivação de nomes geográficos indígenas. In: Raido, Dourados, V. 3, n. 6, p. 95-109, jul. /dez. 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/434/401>. Acesso em: 10 de jul. de 2018.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. de J.A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.